

Revolução



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
A LUTA CONTINUA
ATÉ À VITÓRIA FINAL

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Carta aberta a um camarada operário do PCP (R)

Como militante comunista acompanho atentamente as análises e tomadas de posição de algumas das organizações que reivindicam do movimento operário.

Não vou agora discutir contigo, camarada, os documentos do vosso Congresso, que li. Bem pobres me pareceram!

Não vou agora voltar à nossa já batida discussão se a Revolução a fazer hoje em Portugal é a Socialista ou é a Democrática Popular.

Quero hoje apenas referir-te, e brevemente, o primeiro comunicado público do Comité Regional de Lisboa do vosso Partido. Ele reflete o que vos vai no interior. Assenta numa concepção metafísica do mundo. É de uma pobreza, de uma estreiteza de vistas, de um antimarxismo a toda a prova!

Quando a classe operária, as massas trabalhadoras e os militantes revolucionários se levantam contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento de salários, contra a repressão, contra o fascismo e o capital, reservar metade de um primeiro comunicado ao povo de Lis-

boa (como acontece com o vosso comunicado) a bater em Álvaro Cunhal e no partido de que faz parte, é muito mau. É o pretender definir-se apenas por oposição ao pai (P. C. P.)! E reformista como ele! A outra face de uma mesma moeda! É o revelar a ausência de perspectivas políticas! É o não apresentar uma alternativa real! Talvez queiram compensar esta sua fraqueza (ausência de perspectivas políticas) com a utilização do nome (comunista), termo que é muito querido das camadas mais avançadas do proletariado. Talvez para «pescar» alguns militantes do P. C. P. que se vão apercebendo do grau de traição deste partido.

Que a direcção do P. C. P. e muitos dos seus elementos procurem dividir e manobrar a classe é verdade que começa a ser cada vez mais evidente. Como tal, há que denunciar essa política, pois ela traduz-se num dos grandes obstáculos à unificação da classe e à construção de uma alternativa revolucionária. Mas quando o vosso comunicado denuncia esse divisionismo do P. C. P.,

escora-se em argumentos que dizem respeito a uma manobra e divisionismo ainda maiores. Os chamados órgãos de vontade popular, que convocaram a manifestação para 16, são, na sua maior parte, compostos ou controlados por militantes e simpatizantes do P.C.P. (r). Muitos deles nem têm qualquer representatividade ou sequer ligação às massas trabalhadoras.

Outro aspecto bastante ridículo, digamos mesmo absurdo, para uma organização que se reivindica do marxismo-leninismo, no actual contexto de forças em Portugal, é o que resulta da leitura das seguintes passagens do vosso comunicado, e das quais sublinho algumas partes:

O nosso Partido agora reconstruído, esse sim, é o Partido da classe operária, continuador das heróicas tradições de luta do antigo P. C. P..

«... a DORL do partido de Cunhal usurpa um nome que não lhe pertence o nome do glorioso P. C. P., que existia desde há doze anos e que foi reconstruído no dia 27 de Dezembro de 1975.

Que pasmem os céus e a terra! Precisamente

há doze anos (que data fatídica!) deixou de existir o partido Comunista e surge de novo o 27 de Dezembro de 1975! Este agora é que é o verdadeiro! Reconstruído, o único e dos bons! Vem substituir o M. R. P. P. I a classe já tem o seu partido! Que grande milagre de Natal!

Se Marx e Lenine as-

sistissem hoje em Portugal a toda esta macacada pseudo-marxista-leninista desancariam impiedosamente estes falsificadores do movimento operário e revolucionário. Mesmo Estaline talvez fosse mais longe, mandando-os fuzilar!

E por hoje é só, camarada.

M. M.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 65

ARGEA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da Coricada, n.º 60 — Tel. 25542
CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, n.º 16
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, n.º 142

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algés de Cima Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

SACAVEM — Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)

ARRAIOLOS — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 12

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/2763397/2763122

QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier

SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculanu, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Dr. Candido Guerreiro, 35 Tel. 24107

LOJILE — Av. José da Costa Meaiba, n.º 39-1.ª Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64-B-C

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90\$00
— 180\$00

Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal — 300\$00
Anual — 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

S. PEDRO DA COVA

A LUTA DOS MORADORES
E O CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO

Nas minas de carvão de S. Pedro da Cova, exploradas pelo capital durante século e meio, gerações de trabalhadores foram vítimas da mais desenfreada exploração.

Com salários miseráveis e 14 horas de trabalho diário, sujeitos à violência de trabalharem a muitas centenas de metros de profundidade, sem qualquer tipo de segurança, num meio ambiente altamente insalubre — poeiras sílicas e do carvão, gases tóxicos e mortíferos. Muitos deles caíram vítimas por explosões, outros à volta dos 40 e 50 anos morreram vítimas de doenças profissionais como a silicose.

A exploração do trabalho de menores de oito anos, os pesados castigos e elevadíssimas multas que eram descontadas nos seus salários, as habitações miseráveis (barracas de madeira) construídas pelo patrão, são alguns dos exemplos de como os patrões actuaram nas minas de S. Pedro da Cova.

Já em 1923, os mineiros fizeram

uma greve reivindicando a diminuição dos seu horário de trabalho para 8 horas. Há cinco anos o patronato encerrou as minas, lançando centenas e centenas de trabalhadores no desemprego e passando a exigir-lhes o pagamento de renda pelas barracas que habitavam.

Em 23 de Maio de 1975, cerca de 3000 trabalhadores, moradores dos bairros da mina, reunidos em plenário resolveram ocupar as instalações dos antigos escritórios, formar o Centro Revolucionário Mineiro, e deixar de pagar as rendas à mina, reventando esse valor para o Centro.

Esse dinheiro, hoje nas mãos dos trabalhadores, serve para o melhoramento das suas habitações e para outras iniciativas como por exemplo uma creche, um Centro de Saúde e uma Biblioteca.

Deslocámo-nos a S. Pedro da Cova, para que os trabalhadores nos falassem da sua organização e do desenrolar do processo.

**REV. — Quando começou a vossa luta?**

A luta dos moradores de S. Pedro da Cova começou com o aparecimento do Centro Revolucionário Mineiro. Emitiram-se comunicados, começámos-nos a organizar e os moradores trataram de eleger as comissões.

Depois da eleição da nossa comissão, nós vimos que o trabalho era bastante ingrato, porque os moradores, não estavam devidamente politizados e esclarecidos, e nós sentimos muita dificuldade.

Começámos por fazer um inquérito e por ver as casas e algumas delas estavam, vá lá, a cair, representando grande perigo. Fizemos depois o saneamento e escusado será dizer que a nossa zona foi das mais atacadas pela cólera e, apesar da população não ter ajudado muito, alguns moços trabalharam sábados e domingos e conseguimos acabar com todas as lixeiras.

Tivemos, também o apoio das FA.

Sim, porque agora já não o há. Nós fomos ao RC6 e conseguimos lá arranjar um carro, limpámos as lixeiras e conseguimos abrir uma rua. Mas nós temos algumas dificuldades porque, quando estamos a avançar, há sempre aqueles boatos que dizem que isto depois vai tudo para o Cid Monteiro.

Mas isso a mim nem me passa pela ideia, nem à maior parte dos moradores, porque aqueles que lutam dizem que não vai, e não vai mesmo.

Já fizemos também, alguns arranjos nas casas propriamente ditas. Arranjámos mais de 25 portas que estavam todas pregadas por dentro, 30 chaminés, janelas e telhados onde chovia dentro. Fizemos também aumentos em casas que tinham só duas divisões e onde viviam 6 e 7 pessoas. Conseguimos por instalação eléctrica, mas muito mais temos a fazer consoante as nossas possibilidades.

REV. — Como é que vocês arrajam dinheiro?

Principalmente pelas rendas. O sistema das rendas ainda não está bem controlado, pois há aquele morador que paga todos os meses, mas depois lá vem o outro mes em que ganha menos e em vez do certo, paga menos ou não paga. Dos 76 moradores, e, que nós sabemos, só um é que vai entregar a renda ao antigo dono, o Cid Monteiro, embora nos constasse que há um outro que também lhes vai pagar. Mas como nos paga a nós, está a trabalhar com um pau de dois bicos, com medo de ficar mal, em qualquer altura apresenta dois recibos.

Há alguns moradores que não nos pagam, mas também não pagam ao Cid Monteiro, que é o que mais nos interessa. Vamos também fazendo al-

gumas angariações resultantes de festas populares, e também há empréstimos de alguns moradores, o que nos permitiu gastar mais de 70 contos, apesar de só termos cerca de 50 contos de rendas. Estes serviços tem sido feitos fundamentalmente por artistas desempregados. Se qualquer engenheiro cá viesse e fizesse uma avaliação, diria que temos trabalho para cerca de 600 contos.

REV. — Qual o apoio que temido?

Recebemos algum apoio da Câmara de Gondomar. Ainda na semana passada recebemos material da Câmara no valor de 7 contos. Além do material, a Câmara tem-nos também apoiado moralmente.

Quando nós precisámos de madeira, temos uma quinta, que foi ocupada pelos moradores, onde lá vamos buscar toda a que precisamos: é a quinta dos moradores de S. Pedro da Cova.

Havia também um apoio que mais não era do que uma manobra. A Junta tinha 3 contos para distribuir por cada comissão, mas esse dinheiro só iria trazer problemas, pois a Comissão da Cabine com 2400\$00, não ia fazer nada e poderiam mais tarde representar 240 contos.

Na reunião em que isso foi discutido, a mesa começou logo por dizer que nenhuma Junta do País tinha recebido dinheiro a não ser S. Pedro da Cova, quando eu sabia que era mentira. Eu tinha assistido a vários plenários de comissões de moradores e sabia que havia Juntas que, por exemplo, haviam recebido 200 contos para arranjos de cemitérios. A seguir é divulgado que foi um senhor do PPD que tinha arranjado os 50 contos. Ia acontecer que amanhã a Junta era

dirigida pelo PPD ou CDS, que é o mais certo, e quando algum morador fosse à Junta dizer que a casa estava a cair, eles diziam: «Não, não, vá ter com a Comissão de Moradores que é ela que tem o dinheiro». A manobra era essa.

A Junta assim não tem nada a ver connosco e, se a gente não tiver um tostão, também lhes tomamos a Junta, se for preciso.

A jogada falhou porque as pessoas já estão politizadas pelo sacrifício da vida. As pessoas são filhos de mineiros e não burgueses.

REV. — Quais são os vossos projectos para o futuro?

A partir desta luta todos nós conseguimos fazer o Centro Cultural e Social para os moradores, tendo sido inaugurado com o Grupo de Acção Cultural e o Grupo de Teatro Círculo de S. Pedro da Cova.

Agora em Fevereiro, vamos começar com a escola para a preparação para a 4.ª classe, projecção de filmes para catrairos e trabalhadores.

Vamos meter agora a juventude à cabeça do trabalho, po-los a trabalhar para a revolução.

Queremos que eles sintam na pele, o que é a revolução. Eles parados é que não fazem nada. Se não tivermos consciência do que é uma revolução e o seu trabalho, e derrotam porque não sabem aquilo que estão a derrotar. Estão a derrotar o trabalho de trabalhadores.

Queremos também concluir as obras e fazer um plenário geral para o caso de outra direcção que queira, entrar. A apresentar contas sem débito e pedir que eles progridam ainda mais, o que não impoica que nós deixemos de trabalhar.



As reacções ao cartaz que exige a libertação de Otelo e dos revolucionários presos

Foi com natural simpatia e entusiasmo que as massas trabalhadoras acolheram a colagem dos cartazes que, a par da fotografia do ex-Comandante do Copcon, contém palavras exigindo a libertação dos militares e revolucionários presos.

Esta colagem de cartazes, que se iniciou no passado dia 1 e se estendeu

a diversas zonas do País (Lisboa, Bairro, Lavradio, Cova da Piedade, Setúbal, Alentejo, Marinha Grande, Porto, etc.), foi sentida pelos trabalhadores com um importante acontecimento na luta pela libertação de muitos daqueles que, de uma forma clara e autêntica, se empenharam no avanço do processo revolucionário.

Os trabalhadores sabem, de facto, quem esteve (e quem não esteve) ao seu lado. Por outro lado, os explorados não se esquecem facilmente do importantíssimo, e quantas vezes decisivo, papel que desempenhou o Copcon em alguns dos pontos mais altos do processo português.

Parece-nos significativo referir que muitos e muitos foram os trabalhadores que, espontaneamente, colabora-

ram na colagem dos cartazes, quer ajudando a respectiva afixação quer, como relatamos mais abaixo, colaborando no «correctivo» dado a alguns provocadores.

Por outro lado, muitos tem sido os trabalhadores que pedem para levar consigo alguns destes cartazes, a fim de os afixarem nos respectivos locais de trabalho.

REACCIÓNARIOS PROVOCAM INCIDENTES

Como era de calcular nem todos ficaram satisfeitos com a afixação destes cartazes; de acordo com informações que conseguimos obter verificaram-se mesmo alguns incidentes.

Assim, quando no passado dia 2, às 0,30 horas, um grupo de revolucionários procedia à colagem destes cartazes na estação do Rossio, aproximaram-se tres provocadores que tentaram arrancar alguns cartazes (o que conseguiram em parte); este incidente originou uma cena de violência durante a qual os dois elementos da PSP ali presentes se mantiveram «neutrais», tendo aconselhado o grupo que procedia à colagem a abandonar o local.

Como a posição desses revolucionários fosse de permanecer no local, passaram 20 minutos chegou uma carrinha da PSP com mais polícias os quais, contudo, não intervieram na cena e ficaram dentro da viatura.

Foi nesta altura que os provocadores, que se diziam armados com pisto-

las, puxaram das facas e navalhas que tinham, tendo em consequência disso dois deles ficado respectivamente com um dedo e a cabeça partidos.

O apoio popular dado aos elementos que procediam à colagem foi assinalável, tendo mesmo alguns trabalhadores usado das vassouras contra os provocadores.

Também na estação da Amadora se verificaram incidentes, desta feita com os «comandos», os quais arrancaram diversos cartazes, enquanto que um oficial fazia um pequeno comício na estação contra Otelo.

Pouco mais tarde, alguns elementos do CDS protegidos por tres «jeeps» colocados estrategicamente em redor da sede do PRP, começaram a colar cartazes anunciando o seu próximo comício. Esta provocatória colagem, que foi feita nas imediações da sede do PRP na Amadora era simultânea com o arrancar dos cartazes de Otelo que se encontravam colados nas paredes em frente.

ANGOLA APOIA OTELO

Por outro lado, o DOM (Departamento de Organização de Massas) de Luanda emitiu um comunicado em que se manifesta contrário à prisão de Otelo. Assim:

«Otelo, que em Novembro havia sido demitido do seu lugar de comandante do Copcon e do seu posto de general, foi acusado, agora, de fornecer armas aos pára-quedistas, ramo progressista do seio das Forças Armadas Portuguesas, e preso nas cadeias que agora deixam sair os antigos Pides-DGS e fazem entrar os defensores da liberdade do povo.

Não podemos assim, neste momen-

to, deixar de nos solidarizar com esse País a quem o imperialismo, através dos seus fantoches internos, tenta transformar num novo Chile. Neste âmbito, convidamos todo o povo de Luanda em geral e da Maianga em particular, a assistir a um comício de solidariedade para com o Povo Português, assim como convidamos todo o povo angolano, a manifestar-se pelas forças progressistas, contra a prisão dos progressistas, especificamente esse combatente das justas aspirações do Povo Português, Otelo Saraiva de Carvalho.»



arranquemos otelo e os outros militares revolucionários das mãos dos fascistas

COMÍCIO DO CLARP

No seguimento de uma campanha de organização da classe trabalhadora pela libertação dos revolucionários presos e pela Revolução Socialista, surgiu o CLARP (Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos) que realizou o seu primeiro comício no dia 3 deste mês, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, que ficou praticamente cheio.

Deram a adesão a este comício, a comissão de trabalhadores suspensos do Rádio Renascença, o Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Setúbal, o Sindicato dos Têxteis e Lanifícios do Sul, o Grupo de Acção contra o Fascismo, a Associação de Amizade Portugal-Bélgica, o Comité de Apoio à Luta do Povo Português na Bélgica, a D.O.R.L. do P.R.P., o M.E.S., a U.D.P. e o P.C.P. (R). Destacamos excertos da mensagem enviada pelos presos no presídio de Santarém: «O fascismo não recuará e não tendo conseguido implantar-se definitivamente em 25 de Novembro, lançará cegamente as suas hostes mercenárias contra as classes trabalhadoras, mergulhando num banho de sangue, numa guerra civil o povo português (...).»

«Contra a ofensiva da direita que neste momento ameaça a segurança do povo, a liberdade e a democracia e o socialismo, pretendendo reduzir os trabalhadores novamente à situação de escravidão que su-

portaram até 24 de Abril. Temos que nos levantar como um só corpo e unidos e organizados opormos uma barreira insuperável às hordas do fascismo».

A seguir à leitura desta mensagem, foi lida ainda uma mensagem dos trabalhadores suspensos da R.R. — que dizia a certa altura: «os soldados, sargentos, oficiais e civis revolucionários, estão presos por terem sempre tomado posições consecuentes ao lado dos explorados. Foi este o «CRIME» que os levou para lá das grades da prisão, onde não poderão mais permanecer. Lutar pela sua libertação imediata é lutar pela nossa própria liberdade».

«Lutar pela libertação dos revolucionários é uma etapa fundamental na luta de resistência contra o fascismo que se aproxima a largos passos».

Entre muitos outros, falou a mulher do major Barão da Cunha do Copcon, pela «Associação dos Familiares Presos»: «A cadeia tem sido uma escola. Nela têm (os presos) fortalecido a humildade de serem revolucionários.

— A sua luta continua lá dentro e continuará cá fora após a sua libertação. Porque nada pode deter a luta do povo contra o fascismo, a exploração, pelo socialismo. Nada pode deter a Revolução. Os militares voltarão para o lado do povo, porque A LUTA CONTINUA!» Falou também um elemento da Assembleia Popular da zona do Ralis, frisou que: «só as forças da reacção e do fascismo podem estar interessadas em chamar contra-revolucionários aos homens que nos abrimos as portas dos quartéis para, à vista de todo o povo português, discutir os nossos problemas e organizar a nossa luta contra o capital, por um poder onde fossemos nós, os trabalhadores a mandar e tal como eu, também a classe operária e o povo, compreender a razão porque esses militares estão presos».

Muitas foram as vezes em que se gritaram palavras de ordem como «SOLDADOS SEMPRE SEMPRE AO LADO DO POVO», «NEVES, FASCISTA, ASSASSINO», «LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE OTELO E TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS» e outras, além de ter sido guardado um minuto de silêncio pela morte de todos os antifascistas desde o 25 de Abril e de ter sido lida uma mensagem da Associação de Amizade Portugal-Moçambique, relembrando o aniversário da morte de Eduardo Mondlane, iniciador da luta armada do povo moçambicano e morto às mãos assassinas da P.I.D.E. e exigido a imediata libertação dos revolucionários presos, mostrando também veemente repúdio pelas recentes libertações de Pides e reacçãoários.

TRABALHADORES EM LUTA NA MARINHA GRANDE

Entrevista com dois operários de firma J. Domingos Moleirinho Lda.

A luta contra o patronato pela exigência do cumprimento de conquistas já alcançadas, começou neste ano de 1976, na Marinha Grande, pela firma J. Domingos Moleirinho, Lda. Do desenrolar da mesma nos dão conta dois operários da referida firma, que entrevistámos. De salientar que o principal sócio da firma e seu fundador, J. Domingos Moleirinho, é ou foi até há pouco tempo, militante do PCP.

Revolução — Como começou a vossa luta?

1.º Operário — A nossa luta começou ao ser despachada pelo Governo, através do Ministério do Trabalho, um decreto que nos tirava o feriado de 31 de Dezembro, que já tínhamos conquistado no ano anterior. Perante isso, os trabalhadores reunidos em plenário, decidiram exigir da entidade patronal o dia 31 de Dezembro como feriado e o pagamento do respectivo 7.º dia.

Esta decisão foi comunicada a um patrão através dos delegados sindicais, aos quais ele respondeu que por ele não se pagava, mas que iria falar com os outros sócios, e que depois davam a resposta. Resposta essa que foi negativa. Perante essa posição, efectuou-se novo plenário em que os trabalhadores mantiveram firmemente a posição já assumida.

Na altura em que decorria o plenário, dois sócios da firma, saíram e dirigiram-se para os seus automóveis. Os trabalhadores ao se aperceberem disso, abandonaram o plenário, e dirigiram-se a eles exigindo ali mesmo na estrada uma resposta positiva aos trabalhadores. Os patrões vendo a firme decisão dos trabalhadores recuaram um pouco e um delegado sindical, foi ao sindicato.

Os trabalhadores não arredavam pé, o que obrigou os patrões a desculparem-se, dizendo que não podiam dar uma resposta sem consultarem o sócio gerente. Face a isto os operários foram de novo para o plenário com o dirigente sindical presente, em que ficou decidido que se deixaria ir embora os patrões com a condição de eles darem uma resposta na segunda-feira até às 10 horas, começando nós, no entanto, o trabalho à hora habitual. Aprovou-se também que se efectuariam piquetes de vigilância interior, à firma durante o fim-de-semana.

Rev. — No plenário que decidiu o tipo de luta a adoptar, estavam presentes todos os operários?

1.º Op. — Estavam, dado que se efectuou na hora de trabalho.

Rev. — Qual foi o comportamento dos operários nesses dias de vigilância?

2.º Op. — Comportaram-se como operários que são, com uma consciência revolucionária, pois sabiam o perigo que corriam, embora nisto tudo

houvesse uma tentativa de desmobilização por parte de laiaos do patronato, infiltrados nos operários. A esta manobra responderam os operários com a sua firme consciência revolucionária, continuando nos piquetes.

Rev. — Face ao avanço da vossa luta qual foi a posição dos empregados de escritório?

2.º Op. — A sua posição ficou logo claramente defendida no primeiro plenário, quando se lhe perguntou porque é que não votavam e nos disseram que a luta não era deles, que recebiam ao mês e que não tinham nada a ver com aquilo.

Rev. — Na segunda-feira qual foi a resposta da entidade patronal?

1.º Op. — Pura e simplesmente não abriram os portões da oficina.

Rev. — Qual a posição dos operários?



2.º Op. — Esperaram pacientemente até às 10 horas, até que foi comunicado por um camarada, que tinha recebido a informação de um sócio da firma, de que o problema se iria resolver ainda de manhã.

Os operários continuaram à espera, até que por volta das 11.30 horas, apareceram dois sócios com um delegado do Ministério do Trabalho, contactado por eles, e um dirigente do sindicato. A nossa posição foi comunicada ao delegado, que era a não abdicar das nossas reivindicações e o pagamento do tempo perdido, dado que a culpa não era nossa, pois o patrão é que não abriu os portões. Tudo nos leva a crer que a entidade patronal, no seu relato dos acontecimentos, ao delegado do Ministério do Trabalho, tenha deturpado os factos, pois que este após nos ouvir, aconselhou os patrões a atender as nossas reivindicações, porque dizia ele que a luta não era contra eles mas sim

contra o governo, tendo então os patrões aceite pagar o que era devido.

De referir o jogo sujo por parte dos patrões, ao pedirem ao delegado do Ministério do Trabalho, uma acta assinada por este e pelos sócios, na qual ficava lavrado que os operários tinham desrespeitado a lei, ao que o delegado recusou. A prova do medo por parte dos patrões, das consequências da luta dos trabalhadores, ficou nitida, quando eles perguntaram quem é que lhes garantia a integridade física, o que levou os delegados sindicais a perguntarem por sua vez quem é que garantia a integridade física dos trabalhadores dado que já tinha sido afirmado pelo sócio gerente, que brevemente viria uma ambulância à oficina, e ameaçava um delegado sindical que a sua vida estava por um fio.

Na terça-feira, achámos como dever, informar todos os trabalhadores, através de um comunicado, do que se tinha passado, realçando a posição dos empregados de escritório, que considero ser uma traição à classe operária. Perante este comunicado, os empregados de escritório fizeram ou-

não vêem ou não querem ver que estas foram aprovadas em plenário e expressam o desejo dos trabalhadores.

3.º — Quando dizem que repudiam as formas de opressão por parte dos delegados sindicais, para apoiarem os seus pontos de vista, mentem, porque estes nunca oprimiram ou oprimirão os trabalhadores, mas sim, submetem-se às suas decisões. Quando dizem que um delegado sindical obrigou uma operária a ir fazer piquete, mentem, o que aconteceu de facto, foi um substituto de um delegado ter perguntado porque é que ela não ia, é a própria que confirma isto em plenário. Quando dizem que não se vive em democracia cá na firma, não sabem ou não lhes convém saber que uma das regras fundamentais da democracia é a minoria submeter-se à maioria.

Haveria mais pontos do comunicado que eles fizeram, motivo de esclarecimento da nossa parte, contudo o que já dissemos é suficientemente para se ver qual foi a posição dos empregados de escritório.

Revolução — Qual a posição dos partidos perante a vossa luta?

2.º OP. — É lamentável, os mesmos partidos que se dizem vanguarda da nossa classe, provarem que o não são, alhearem

se da nossa luta, não se preocupam como é que ela se desenrolava, não se preocupam em dar-nos ideias para avançar-mos, estes mesmos partidos mais uma vez provaram aquilo que realmente são, fizeram de conta que a luta não era com eles, e de certo modo não era, pois era uma luta da classe operária, e eles não lutam pela nossa causa.

Revolução — Qual a vossa opinião sobre o 18 de Janeiro de 1934?

2.º OP. — Considero que foi uma luta dos operários contra o regime fascista e neste momento apelo a todos os operários para desencanaarem as suas lutas com o pensamento no espírito revolucionário do 18 de Janeiro. Lamento contudo que a sua comemoração na nossa terra não tenha passado de mero folclore, pois os trabalhadores não estão no poder.

1.º OP. — Aproveito para dizer que gostava que este 18 de Janeiro tivesse sido comemorado com consciência de classe, com o espírito revolucionário de há 42 anos, e não com folclores e partidarismos, porque os partidos, os que se dizem grandes, até agora só nos tem traído. Que os operários se vejam entre si como explorados que são, se unam nas empresas, locais de habitação, e se organizem para lutar contra o inimigo comum, o capitalismo e o seu estado político o fascismo.

"Comando não falha"

É do conhecimento geral que os «comandos» são submetidos a uma preparação psicológica totalmente embrutecedora e alienante, à qual está na base da fama que estes militares granjearam.

Exemplo eloquente da preparação psicológica dos «comandos» é a voz n.º 5, «comando não falha», voz esta que era transmitida pela instalação sonora das unidades em que se encontram estes militares.

Vejamos:

VOZ N.º 5 «COMANDO NÃO FALHA»

«Cada tiro é um inimigo a menos.

O soldado serve para atirar, para matar.

Os comandos, tropa de combate por excelência, tem por missões destruir o inimigo que nos combate no planeta.

E preciso que tu te prepares para matar, não irreflectidamente — pois matar é coisa séria — mas com eficácia.

Os comandos não se consagram a todos os aspectos desta guerra.

Nós temos por missão: destruir, matar — por esta razão nós somos a tropa especial — nós fazemo-lo com eficácia.

Nas nossas investidas, mulheres e crianças podem morrer. Nota que o inimigo que aproveitando-se do nosso senso moral, os utiliza directamente ou indirectamente no combate.

O terrorista esconde-se atrás deles; refugia-se nas palhotas aparentemente as mais pacíficas.

A responsabilidade da morte de inocentes — se por acaso as houver — pertence ao inimigo e não a nós.

— O comando mata com eficácia, a Voz do Comando falou».

AS COMEMORAÇÕES Mensagem do PRP

A Direcção do P.R.P. saúda calorosamente os camaradas do M.P.L.A. no 15.º aniversário da vossa arrancada gloriosa para a independência. Longos anos de luta armada separam o assalto às cadeias da P.I.D.E. no 4 de Fevereiro de 1961 da imposição, pela força de uma legitimidade política indiscutível, do Governo da República Popular de Angola sob a égide do M.P.L.A. Longos anos em que se forjou a consciência revolucionária que o vosso movimento hoje demonstra na luta contra o imperialismo e seus agentes: desde a União Sul Africana ao E.L.P., e da F.N.L.A. à Cabinda Gulf Oil.

Anos em que, por nossa parte, sempre expressámos uma solidariedade militante ao movimento de libertação que, à evidência, demonstrava traduzir a aspiração emancipadora dos trabalhadores angolanos.

Esta data, que é de júbilo para o povo angolano, é de vergonha para a imagem política que do povo português dá o seu Governo actual.

Denunciemos a tese aberrante da «neutralidade» deste VI Governo como mais uma peça do jogo imperialista e lutemos por que, em futuro próximo, se operem entre nós as mudanças necessárias para que os nossos dois povos firmem relações normais de cooperação na construção do ideal socialista.

Saudações revolucionárias
Direcção do P.R.P.

OS COMANDOS NO ALENTEJO

Sob o pretexto de procurarem «estrangeros infiltrados e armados», 110 elementos do R. de Comandos da Amadora, transportados em 14 helicópteros deslocaram-se na tarde do passado dia 2 às herdades colectivas de Monte da Amoreira, Quinta da Esperança e Aparica, todas elas situadas no distrito de Beja.

Para além da habitual brutalidade que caracteriza as atitudes dos militares deste Regimento para com os trabalhadores (os jornais diários referem arrombamento de portas e desmaios por parte de diversos trabalhadores rurais), há que saber por que motivos foi o Regimento de Comandos a unidade escolhida para estas acções em vez de, como parecia mais lógico, o Regimento de Artilharia de Beja, unidade que pertence à R. M. S., a qual é comandada por Pesarat.

Será que o Estado-Maior do Exército temia que os soldados da R. M. S. se recusassem a efectuar acções deste tipo contra os trabalhadores, quando é sabido que se encontram em plena liberdade diversos latifundiários que têm mandato de captura?

Se não, como explicar que se tenha escolhido o R. de Comandos em vez de uma qualquer unidade da R. M. S.?

E não representará esta escolha (mais) uma desautorização para o contestado (pela direita, entenda-se) comandante da Região Militar de Lisboa?



A Organização Regional do Alentejo emitiu sobre este assunto o seguinte comunicado, sob o título «O Fascismo de visita ao Alentejo»:

Jaime Neves «assinou o ponto» no Alentejo. Os «comandos» vieram mostrar aos trabalhadores alentejanos o que foi o 25 de Novembro: um passo em direcção ao fascismo.

Pergunta-se: porque o Alentejo? E porque Beja, que é uma das zonas do País, senão «a zona», onde mais se avançou desde o 25 de Abril de 74?

Porque não Braga, Viseu, Bragança, Vila Real, Rio Maior, Leiria, ou muitos outros sítios onde a reacção põe bombas em carros, destrói casas à bomba, incendeia casas, destrói à bomba sedes de sindicatos, tenta matar militantes, mata militantes de esquerda, etc.?

A vinda dos comandos ao Alentejo em operação repressiva sobre os trabalhadores alentejanos mostra claramente que a preocupação dos senhores que estão no poleiro é atacar a esquerda, deixando as mãos livres aos

fascistas. Esta acção criminosa, a par da criminosa prisão de revolucionários e a libertação de fascistas, a par de plenário através dos quais a reacção manipula milhares de campos, faz parte de mesmo plano: «resta-

taurar o fascismo».

Perante o desenvolvimento dos ataques da reacção, impõe-se aos trabalhadores rurais a sua organização. Como primeiro passo, entende o PRP que a criação e desenvolvimento de União de cooperativas por freguesia, por concelho e por distrito, é a grande tarefa do momento que urge levar a cabo.

É através das Uniãos que se pode ultrapassar em grande parte o partidismo, que se podem fazer grandes escoamentos de produtos ou aquisição de outros produtos, que se pode conseguir uma união entre os trabalhadores que não permita à reacção atacar as cooperativas isoladas, etc.

Mais: é através das Uniãos que se podem organizar os trabalhadores rurais para, juntamente com os demais trabalhadores devidamente organizados, política e militarmente acabar de vez com as forças repressivas, com a exploração, com o desemprego. Num palavra, acabar com o capitalismo.»

— EM FRENTE COM AS UNIÕES DAS COOPERATIVAS!

— PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
— PELA DITADURA DO PROLETARIADO!

— PELO COMUNISMO!
UNIDOS, ORGANIZADOS E ARMADOS VENCEREMOS!

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

DO 4 DE FEVEREIRO



ANGOLA
MPLA



C.A.P.

A DIREITA MANOBRA

A C. A. P. (Confederação dos Agricultores Portugueses?) há pouco legalizada por escritura, continua, na sua política de envolvimento reaccionária, tentando abranger todo o País, através de comícios, distribuição de panfletos, ede toda uma actuação objectivamente de direita e que põe em perigo as ocupações revolucionárias de terras, os camponeses pobres e os assalariados agrícolas.

A existência de CAP é não só resultado da agregação de agricultores ricos, alguns expropriados das propriedades que tinham antes do 25 de Abril, como também de um jogo claramente partidário que, servindo os interesses do PPDe CDS foi utilizado como ponto de lança para o começo dos desentendimentos com o PS através do Ministério da Agricultura, Lopes Cardoso.

Quando em Braga, foi aprovada a moção que punha em causa o ministro Lopes Cardoso e a Lei da Reforma Agrária que se pretendia?

Seria somente defender a propriedade privada e repudiar as ocupações ou seria uma jogada política mais profunda resultante do período pré-eleitoral e que pretendia pôr a nú possíveis divergências dentro do Partido Socialista (já que obrigou Lopes Cardoso a pronunciar-se publicamente pela Reforma Agrária, por vezes com frases que até podiam ser entendidas como ditas por um homem bastante à esquerda do PS)?

A CAP nas últimas semanas tem levado a cabo plenários em muitas zonas do País: Famalicão, Viseu, Castelo Branco, Régua e Loulé, Bombaral, tentando a todo o custo, uma mobilização que lhe permita a colectivização das terras que lhes permita pro-

ceder a desocupações em que para além de uma vitória política conseguem um bom negócio, já que ficaram sem as terras quando elas estavam por cultivar, e vão tentar apossar-se delas depois de desbravadas e já a darem bias colheitas.

TAMBÉM NO ALENTEJO

Paralelamente à actuação do CAP e como não conseguiu ainda (e talvez não consiga tão facilmente) entrar no Alentejo, já se ouve falar num conjunto de agricultores alentejanos que se organizam com os mesmos intuítos, e que até já deram uma entrevista ao Jornal o «Dia». Disseram eles que «não basta dizer que vão ser desocupadas as terras ilegalmente expropriadas, é preciso saber como isso será feito. Não basta entregar-nos as herdades. Precisamos de garantias para o futuro e da ajuda do Estado para recuperar o que foi perdido». Mas será que eles pensam que os camponeses lhes vão dar as terras? Querem desalojá-los pela força? A direita já «levanta cabelo», a ponto de exigir indemnizações pelas expropriações! Ou será isto «triumfalismo» da direita?

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

No tempo em que existia o Copcon, em que estavam ao seu lado os militares agora presos, os trabalhadores não tinham problemas destes; mesmo agora, vendo a direita a avançar a coberto de um Governo que tudo permite (menos a organização popular), os trabalhadores sabem bem que, à violência reaccionária responderão com a violência revolucionária.

As armas do CDS



Sob o título «Armas e munições descobertas na Trofa», afirma o jornal «O Diário» na sua edição de 9-2-76: «Um carregamento de armas automáticas dos modelos FM e G-3 foi detectado e apreendido na Trofa...», e mais adiante: «Aquela residência pertence a um médico activo dirigente local do C.D.S., chamado Sérgio Sampaio Araújo, e com ligações à família do industrial Francisco Quintas...».

Então tinhamos razão o actual Poder não anda preocupado com armas em mãos de civis, anda é preocupado com armas em mãos de civis-revolucionários, de operários e camponeses, porque se assim não fosse já se teriam passado buscas ao C.D.S., P.P.D. (porque as 50 000 ainda não apareceram) e afins.

De facto o actual Poder é mesmo «pluralista» e como afirma Mário Soares «sempre achei que o C.D.S. era um partido que tinha base social para vir a ser forte» e pelos vistos tem mesmo mais do que base social, tem arsenal. Mas não há problema porque a questão é evitar o armamento dos trabalhadores e das organizações revolucionárias, porque desses M. Soares não vê no C.D.S. «que o comportamento dos dirigentes do C.D.S. é um comportamento político de gente equilibrada», além de que o C.D.S. pretende a democracia, o plurifascismo, etc, enquanto que os revolucionários lutam é pela ditadura do proletariado e pela democracia operária.

Mas a razão profunda pela qual há que desarmar os operários, camponeses e revolucionários, «passar buscas a cooperativas, herdades colectivas, fábricas e sedes de organizações revolucionárias e não ao C.D.S. encontramos-lo em Pires Veloso que afirma: «para mim não há perigo nem de direita nem de esquerda. A vonta do povo já mostrou que não quer a direita nem a esquerda: quer a democracia» é caso para dizer que é mesmo um homem (d)às direitas.

REGRESSAM OS PATRÕES

O progressivo agravamento da crise do sistema capitalista, bem como a falta de uma global alternativa revolucionária que solucione os problemas imediatos de muitos trabalhadores tem feito com que, em diversas empresas com intervenção do Estado, em autogestão ou mesmo nacionalizadas, os trabalhadores, na ausencia de outra solução, pretendam o regresso do antigo patrão.

Estes acontecimentos, que traduzem até que ponto está ainda, em certas situações, a consciencia de classe numa fase incipiente e por outro lado, sério motivo de reflexão por parte de todos os revolucionários, na medida em que este estádio de consciencia de classe por parte dos explorados, está dialecticamente associado com o trabalho que as organizações revolucionárias fizeram ou não no seio das

massas populares.

Além disso, e como é natural os diversos órgãos do Estado burgues que contactaram com os trabalhadores em nada os ajudaram a resolver revolucionariamente os seus problemas. Com efeito o Ministério do Trabalho, Comércio, Indústria etc., não pretendem senão a implantação de condições que permitam em Portugal o regime capitalista forte.

Na Textil Manuel Gonçalves, a q já nos referimos no último número «Revolução», o Governo decidiu a pedido de alguns trabalhadores retirar a C. Administrativa por parte do Estado, o que significa entregar os trabalhadores à bicharada, isto é, aos antigos-novos patrões.

Situações análogas ocorreram, só para citarmos alguns exemplos na FACAR e MARTINS E REBELO, ROPOL, CELTEJO, FAÇÃO DE TOMAR.

INQUÉRITO A ALGUNS BAIRROS

A POLÍTICA CAETANISTA DA



As secas que se fizeram sentir em Cabo Verde há uns anos exigiam uma rápida solução. Os campos secavam e os cabo-verdianos começavam a morrer de fome de tal maneira que as entidades portuguesas tiveram de tomar posição.

Por outro lado, a dependencia imperialista a que Portugal se encontrava (e se encontra ainda hoje) exigia uma mão-de-obra barata, capaz de fornecer aos imperialistas altos lucros que obtinham à custa da sobre-exploração do proletariado português. O imperialismo está interessado em baixos salários, e a possibilidade de encontrar uma mão-de-obra cabo-verdiana barata e submissa (para contrabalançar as reivindicações operárias, a crise económica e a própria falta de mão-de-obra proveniente da emigração) convinha-lhe bastante bem. Nada mais lógico, portanto, do que importar cabo-verdianos em massa para virem trabalhar para Portugal. Contudo, nenhuma infra-estruturas estavam preparadas para os receber, e os trabalhadores cabo-verdianos encontraram-se de repente num mundo novo, diferente do seu, suportando péssimas condições de vida. Era o mundo industrial moderno que eles iam conhecer.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Com o desenvolvimento do capitalismo os trabalhadores rurais são levados para a cidade à procura de melhores salários e de trabalho permanente. Por outro lado, os alojamentos operários são deitados abaixo porque já não condiziam com as condições exigidas pelos grandes centros industriais: ruas largas para um tráfico cada vez mais intenso, etc. Os terrenos centrais das cidades aumentam extraordinariamente de valor (por vezes artifi-

cial ligado à especulação, etc.), e as habitações aí edificadas adquirem um preço muito alto que se torna incompatível com os salários dos trabalhadores. Assim, os operários e os trabalhadores rurais que vieram para a cidade são afastados para as regiões limítrofes e periféricas, enquanto que no centro se constroem casas de comércio e luxuosos apartamentos. Na periferia das cidades formam-se assim focos habitacionais fundamentalmente operários, porque só aí as rendas de casa são de certo modo compatíveis com os seus salários. Mas a crise de alojamento continuou a existir aí. Não só porque as casas não preenchem as condições essenciais (poucas divisões, etc.) mas também porque muitas delas são ainda caras para as posses dos operários. Então surgem os bairros de lata. E evidente que os trabalhadores cabo-verdianos são atraindo para estes bairros, os únicos compatíveis com os baixos salários que ganham.

O TRABALHO E A ACTIVIDADE POLÍTICA

Fomos aos bairros do Irmão Pobre (na estrada de Circunvalação) e da Pedreira dos Hungaros (por detrás do bloco residencial de Mira Flores), falamos com algumas famílias cabo-verdianas. Um dos problemas com que se deparam é o desemprego que se verificou depois do 25 de Abril de 74. Dantes, embora ganhassem menos, quase todos trabalhavam. Mas agora o desemprego faz com que por vezes um só trabalhador tenha de ganhar para 5 ou 6 que não tem emprego. Isto explicou-nos um trabalhador: — «Embora que nós ganhássemos pouco mas todos empregados». Agora um está no trabalho; dois ou tres não está. Por exemplo eu sozinho aqui ga-

nho 1000\$00 por dia — os outros não está no trabalho — não dá para nada... E agora: voce tá o outro tá, tá tudo no trabalho, ganham o ordenado embora que mais pouco, e tudo no trabalho, dá de melhon».

Portanto, o ordenado de cada barraca tem de se distribuir pelo empregado, pela sua família e pelos amigos ou outros familiares que não arranjam emprego, além do dinheiro que tem de mandar para as famílias em Cabo Verde. Dum modo geral os cabo-verdianos ganham o mesmo que os portugueses. Mas um queixou-se:

«Eu acho que deveria ganhar mais, porque lá na nossa empresa os bancos ganham 5170\$00 e a gente ganha 4080\$00. Chego a qualquer máquina eu trabalho com toda a máquina. Eu acho que deve ter cartão de manobrador. Eu trabalho com a grua e sei desarmar. Os baixos salários não chegam».

Perguntámos então se eles acham que o Governo faz alguma coisa pelos trabalhadores, ao que um nos respondeu:

«Não é bom para nada. p'ra mim não é bom. Agente ganha e não chega. Com que é bom p'ra nós?»

Os cabo-verdianos não participam activamente na actividade política. De resto é natural pois tem ainda muita experiencia a ganhar com a luta de classes. Geralmente seguem os portugueses:

«Quando eles vão a gente acompanha. Nós não vamos à primeira fila, a gente quando vai os portugueses, acompanha os portugueses».

O medo do despedimento contribui para esta passividade:

«Nós não é daqui. Nós são estrangeiro e está provisório. O patrão diz vá-se embora. Pode chegar a noite e ele diz: cabo-verdiano, tudo levanta, vá-se embora».

Mas se o Governo não faz nada pelos trabalhadores que devem estes fazer? — Perguntámos:

«Agente nessa altura... o que é que nós faz? Nós foi ao palácio, foi pedir para aumentar o dinheiro, ele não quis... Ele não quis, ele é que manda o que é que a gente há-de fazer?».

AS CONDIÇÕES DE VIDA E O ESPÍRITO COMUNITÁRIO

Ao passarmos de barraca em barraca, as nossas botas afundavam-se na lama provocada pelas chuvas. O cheiro da defecação inundava o ambiente. As crianças, descalças, brincavam ali e tentavam espetar um prego grande na lama. As barracas estão assentes na terra e são construídas de madeira, o tecto é geralmente de lusalite e os moradores colocam-lhe pedras por cima para não se ir com o vento... De Verão as barracas são um forno, mas agora com as chuvas e com o frio, são particularmente desconfortáveis salvo raras excepções, não há água, luz e esgotos. A chuva penetra pelas frechas e o vento faz abanar as tábuas. Os cabo-verdianos pagam cinco, seis, sete contos pelas barracas quando não é mais. Um deles explicou-nos:

«Comprei esta porcaria porque não tem sítio de estar. Onde é que eu vou viver? Não pode ter dinheiro para pensão porque o vencimento que eu ganho não dá para pensão. Comprei esta barraca de madeira. Tenho que viver neste sítio, é uma porcaria, cheio de ratos, de bichos, etc, não é?...

— Não tem esgotos pois não? — perguntámos.

«Onde é que a gente arranja esgotos, pá?»

— «A gente não tem possibilidade



IMIGRAÇÃO CABO VERDIANA

de fazer isso... O vencimento que a gente ganha não dá para meter isso como é que a gente vai ter esgotos? Não temos! O meu esgoto é aí na areia, na mata».

Sobre isto outro morador dizia-nos:

— «Não tem luz nem esgotos nem nada. Você vai aqui neste pinheiro ali, você pode subir ali mas é uma vergonha. Uma vergonha!»

Os trabalhadores também se queixam com o aumento do custo de vida:

— «O Governo que faz aumento ao

verdiano é assim.»

Outro problema é a vida sexual. Já não é só a tensão, o enervamento e abatimento físico a que os trabalhadores estão submetidos no capitalismo, o que, naturalmente, se reflete na vida sexual. Agora são também as próprias condições habitacionais. Como podem os moradores de barracas ter relações sexuais em condições mínimas de sossego, conforto, higiene e isolamento? Além disto a existência de filhos já adolescentes vem complicar ainda mais o problema.

explica-nos porque:

— «O meu tempo não dá para ir ao café, pá. Que vencimento um gajo dá para ir ao café? Não dá, pá! O custo de vida tá muito alto, não dá para um gajo ir ao café. Você próprio repare que nós é muito pouco café porque o dinheiro não dá para ir ao café.»

Outro diz-nos:

— «Eu quando venho do trabalho chego, faço o meu jantar e vou-me deitar, mais nada. A gente vem cansado, o que que a gente faz? ...

REGRESSAR?

Quando perguntámos aos cabo-verdianos se pensavam regressar, eles ficavam sérios e meditavam um pouco. Mas diziam-nos sempre que tinham saudades da sua terra, que queriam regressar mas que ainda não podiam.

— «Nós veio cá a procurar melhor que na nossa terra. Se nós temos trabalho para trabalhar a ganhar qualquer coisa, aguenta mais um bocadinho. Mas tem vontade de ir...»

E diz-nos uma mulher:

— «Tem vontade de ver minha filha que há lá. Não tem mãe, não tem pai, há lá sozinha. Tem cinco ano.»

Na realidade a maior parte da família ficou em Cabo Verde mas os trabalhadores ainda não podem regressar...

— «O que que eu vou fazer? Não tem dinheiro para levar. Só pode lá ir quando tem dinheiro que é para lá comer, fazer uma casita...»

O Governo tem negligenciado o problema dos cabo-verdianos. A questão nem sequer foi levantada a nível oficial, e nada leva a querer que o será brevemente. Mas o Governo não quer nem pode resolver esta questão. Enquanto houver capitalismo é impossível pensar na resolução dos problemas dos operários, e só quando a economia e a sociedade forem geridas pelos próprios trabalhadores é que isso será possível. Mas para tal é necessária a tomada do Poder. E neste sentido, os trabalhadores portugueses e cabo-verdianos estão unidos. A luta é a mesma porque a classe operária é só uma.



salário, acho que a gente podia receber o aumento que tinha dito... O aumento não há!... Foi aumento só nos produtos... Eu tenho 4 filhos, 5 comigo e seis com a mulher. Então 4000\$00 o que é que dá? Não dá nada!»

Pra os trabalhadores que moram longe os transportes são um problema:

— «Eu trabalha em Azeitão. Ganha pouco 5 conto, paga transporte, faz a conta, 40 escudos por dia, você faz a conta, faz a conta num mes quanto que dá...»

É 1200\$00 por mes só em transportes — respondemos.

— «Quanto agora fico para família, para comer, para guardar um tostão... Não tenho!»...

Mas na miséria em que vivem é surpreendente constatar o seu espírito comunitário. Um trabalhador explica-nos isto:

«Nós cabo-verdianos tudo é família. Se tem um prato de comida nós comemos todos. Eu tenho um prato de comida, vamos embora juntar tudo num prato de comida. Comem todos. Quando acabou, acabou! Nós cabo-

OS TEMPOS LIVRES

Em capitalismo, os tempos livres mal dão para que o operário possa descansar entre duas jornadas de trabalho. Os trabalhadores vem esgotados da fábrica ou do campo e pouco tempo e energia tem para se dedicarem a actividades culturais e desportivas, por exemplo. O capitalismo reduz os operários à condição de apêndices das máquinas com que trabalham. Os trabalhadores são submetidos ao simples papel de executantes das directivas vindas de cima, e a manipulação e alienação do dia a dia tornam o trabalho uma tarefa sem sentido e bastante desagradável. Contudo os cabo-verdianos estão ainda em piores condições. Eles habitam num mundo que ainda lhes é estranho, e sentem-se de facto afastados e com saudades da sua terra. Apesar de não haver, segundo nos contam, problemas raciais com os portugueses é natural que vivam afastados uns dos outros. Afinal são duas culturas diferentes, embora os interesses de classe sejam os mesmos. Geralmente, os cabo-verdianos saem pouco à noite. Um deles

LEI DOS DESPEDIMENTOS

A recente alteração que o Decreto-Lei 372/A/75 introduziu na lei que regula os despedimentos (lei esta que já era susceptível de diversas interpretações), representa mais um elemento no ataque que as forças capitalistas, apoiadas e conluídas no actual aparelho de Estado, fazem ao movimento operário e a todos os trabalhadores em geral.

É assim que o referido decreto-lei afirma a determinada altura:

«É susceptível de constituir justa causa de despedimento: inobservância referida e injustificada das regras e directivas referentes ao modo de executar a prestação de trabalho com a diligência devida», bem como qualquer «provocação repetida de conflitos com camaradas de trabalho, lesão culposa de interesses patronais sérios da empresa, falta reiterada e injustificada à prestação do trabalho e inobservância culposa e repetida das normas de higiene e segurança no trabalho».

Isto significa que um trabalhador que discorde da maneira como é «comandado» por qualquer chefe pode ser despedido com justa causa; além disto, aquele trabalhador mais consciente em pequenos empregos que es-

teja rodeado de elementos de direita pode igualmente ser despedido com justa causa por «provocação repetida com camaradas de trabalho»; por outro lado, os trabalhadores que denunciarem casos de sub-exploração ou alertarem para a efectuação da desenfreada exploração de firmas de colocação de mão-de-obra ou outras, serão despedidos com justa causa por «lesão culposa de interesses patrimoniais sérios da empresa?»

Tudo isto independentemente daqueles trabalhadores que possam ser considerados «pouco asseados» e serem despedidos por tal. A propósito levantamos aqui a questão; diz o diploma legal que poderão ser despedidos com justa causa os trabalhadores que tenham «inobservância culposa e repetida das normas de segurança no trabalho». Será que os trabalhadores da construção civil que andam permanentemente em andaimes sem qualquer segurança, ou os operários que nas fábricas ficam sem mãos ou sem braços, por falta de segurança junto às máquinas são abrangidos por este decreto? Ou serão as entidades patronais «despedidas com justa causa?»

O senhor ministro do Trabalho já terá pensado nisso?

MONPOR

OPERÁRIOS CONTRATADOS EM LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO



A MONPOR é uma associada da CUF que se dedica à indústria de montagens e reparações metalomecânicas e que foi criada para poder levar a efeito um determinado tipo de exploração que a empresa-mãe CUF não faria, ou seja, a contratação de operários, por prazo incerto. O operário contratado é aquele que se encontra de momento desempregado, e que por isso, aceita todas as espécies de trabalho por qualquer preço e a superexploração.

A MONPOR tem cerca de 350 operários efectivos e permanentemente cerca de 600 contratados. Um operário contratado, quando se encontra concluída uma obra ou uma reparação e despedido ou enviado para outra frente de trabalho. Isto leva a que anualmente cerca de 2000 operários estejam ao serviço da MONPOR.

Diversos têm sido os meios que os operários têm tentado para se oporem aos frequentes despedimentos. Assim como exemplo, em Novembro de 74, a luta contra os despedimentos atingiu o máximo: 400 operários efectivos e contratados, decidiram unanimemente no local de trabalho, por braço no ar, a ida em falta de trabalho ao Ministério do Trabalho, tentando contrariar as decisões do patronato. Nessa altura seriam 80 os atingidos pelo despedimento e, com esse processo que luta que atingiu até fases violentas, evitou-se o despedimento total. Porém devido à fraca organização dos operários, à divisão e calúnias dos reformistas e ao isolamento dos mais activos, a luta fracassou, já que o patronato conseguiu manobrar e despedir estes últimos.

A experiência reflectiu-se, porém, no futuro. Hoje estão em risco de despedimento cerca de 200 contratados. O «Revolução», como em Novembro de 74, conversou com um camarada do comité de luta dos operários da MONPOR a laborarem no Barreiro.

8 Revolução: Quando e como surgiu a vossa luta?

Operário: A nossa luta surgiu na passada quarta-feira, dia 28-1-76. Foi convocado um plenário pela comissão

de trabalhadores, no qual os trabalhadores, tomando consciência da grave situação da empresa e logicamente da ameaça que o seu direito, o direito ao trabalho, sofre, decidiram criar um comité de luta composto por todos os trabalhadores presentes nesse plenário que foram cerca de 130. Foi eleito pelo Comité de Luta um secretário que tem por funções coordenar a luta dos trabalhadores e entrar no período de conversações com a administração da empresa até à satisfação da sua justa reivindicação pelo direito ao trabalho.

Revolução: E qual tem sido a posição da administração da empresa até este momento?

Operário: A administração da empresa, até hoje, nunca deu qualquer alternativa de saída para o problema dos trabalhadores. A Comissão de trabalhadores, ao convocar este plenário, tê-lo consciente de que de maneira nenhuma a luta dos trabalhadores se poderá resolver pela via parlamentar, uma vez que já teve demasiadas reuniões com a administração, reuniões essas, que nada resolveram. Portanto, os trabalhadores decidiram entrar no período de conversações que os poderá levar a formas de luta mais avançadas, caso a sua reivindicação não seja satisfeita.

Revolução: E quais as formas de luta mais avançadas que tu falaste?

Operário: Dentro das formas de luta mais avançadas, nós fizemos um ultimato à administração, que é feito não só à da MONPOR como também à do grupo CUF, com conhecimento do ministério do trabalho e às diversas comissões de trabalhadores do grupo CUF. Esse ultimato tem como ponto principal que o período de conversações termina impetivelmente no dia 4-2-76 às 12.00 horas, findo o qual, os trabalhadores voltarão a reunir no local de trabalho até à completa satis-

fação dos seus direitos. É um processo que já sofre as influências divisionistas dos reformistas do PC, que neste momento fazem campanhas, dizendo «não à greve», porque, segundo eles, quanto mais depressa formos para a greve, mais depressa perderemos o trabalho. Ora o que se passa é que o problema não se põe em perdemos o trabalho, nem em trabalharmos mais um mês, porque uma coisa é certa, em Março todos seremos despedidos. Isto é, nitidamente um problema reformista. O que nós reivindicamos é o direito ao trabalho. Mais um mês ou menos um mês, o que é certo é que vamos ser despedidos e neste momento, alguns, já abdicaram de lutar. Mas para mim e para a maioria dos camaradas do Comité de Luta mais vale lutar e perder do que perder sem lutar.

Revolução: Segundo parece a administração está a jogar como em 74. Nessa altura deu mais um mês de trabalho à maioria dos trabalhadores e depois passado esse mês, e devido a ter despedido os mais activos, despediu os restantes. Parece que é isso que eles pretendem fazer novamente?

Operário: É verdade. Tens toda a razão. É característico da administração jogar no processo que tu acabas de citar. O que vai acontecer é que até Março, nós vamos ser todos despedidos. Entretanto uns irão para a CUF, para a delegação 10, para as cinzas de pirite, para os nitratos, outros serão mandados para Sines sem qualquer subsídio, com o único objectivo: dividir as pessoas que neste momento estão unidas para depois poderem começar a fazer os despedimentos com carácter selectivo ou seja, começando pelos mais activos e acabando na totalidade dos trabalhadores.

Revolução: Um grave problema que surge nas lutas da MONPOR é que existe sempre uma falta de ligação entre os operários efectivos e os contratados. Vocês neste momento têm o apoio dos efectivos?

Operário: Neste momento isso não se verifica. E a prova é que existem duas comissões de trabalhadores. Uma de efectivos e outras de contratados. Aqui começa a divisão entre os trabalhadores. Isto apesar de uns operários efectivos terem graves problemas, ainda que a sua maioria não se tenha apercebido deles. Assim, a maior parte dos efectivos da MONPOR vieram da CUF e muitos deles obrigados. Alguns, têm um certificado que lhes garante o regresso à CUF, caso a MONPOR pára as actividades; outros nesse certificado possuem, e, no caso da MONPOR estoirar, eles estarão no desemprego tal e qual como os operários contratados. No entanto, existe uma grande divisão fomentada muitas vezes pelos reformistas que im-

pedem uma certa união e que até leva, em casos extremos, à discriminação entre efectivos e contratados.

Revolução: Mas tu vês, ou não, a possibilidade de unidade concreta entre os trabalhadores efectivos e contratados?

Operário: Sinceramente, neste momento, não vejo possibilidade de existir essa unidade. Não digo que a médio prazo, com o agudizar da situação da Monpor, e com o agudizar da situação a nível nacional não venham a ser criadas condições para que essa unidade seja uma realidade. Neste momento não vejo qualquer possibilidade.

Revolução: Considerando que vocês põem como reivindicação o direito ao trabalho, penso que direito ao trabalho diz respeito à vossa passagem a efectivos dentro da empresa. Será assim?

Operário: Efectivamente, é isso que se pretende, e os operários da empresa que reivindicam o direito ao trabalho, reivindicam precisamente a passagem a efectivos, porque não vêem qualquer possibilidade do direito ao trabalho sem a passagem a efectivos, porque conhecem muito bem a orgânica da Monpor, no que diz respeito aos despedimentos e sabem que sem serem efectivos não podem de maneira nenhuma ter o direito ao trabalho assegurado.

Revolução: Como sabes o Barreiro é uma terra de grandes tradições, de luta da classe operária, no entanto parece que a classe operária depois do 25 de Novembro tem estado algo adormecida e pouco activa. Pensas que no seio da classe operária do Barreiro, há fortes influências da ideologia pequeno-burguesa ou serão outros factores, como o controlo partidário etc., que levam a essa imobilidade?

Operário: Penso que são as duas coisas, ou seja, há uma forte influência pequeno-burguesa dentro da classe operária do Barreiro e há efectivamente um grande controlo partidário e mais concretamente do PC.

Revolução: Entretanto no meio disto, surge uma contradição, é que, apesar de tudo esse controlo partidário, em especial por parte do PC, a Monpor tem sido uma das únicas empresas do Barreiro onde se têm travado lutas; isto apesar dos reformistas imperarem em maioria dentro da empresa. Como é que tu vês esta contradição?

Operário: Havendo todas essas contradições, como tu dizes, felizmente, embora sejam poucos, há alguns militantes revolucionários. São eles que estão à frente de todas estas lutas e são eles que com a sua militância que tentam no seio da classe imprimir

As viagens de Melo Antunes ou o esforço inútil de fazer vingar o projecto dos nove

Durante mais de uma semana o ministro dos Negócios Estrangeiros português e «pai» do projecto dos «nove», viajou pela Europa (de Leste e Ocidental) numa tentativa de conseguir empréstimos e acordos, sobretudo económicos, para Portugal. A avaliar por todas as informações cautelosas que pronunciou em cada um dos países, facilmente se concluiu que Melo Antunes continua a pôr todas as suas esperanças na chamada «viragem para a Europa a que pertencemos», tentando assim desesperadamente pôr em prática a alternativa dos «nove» para a crise económica que o País atravessa.

A esta alternativa (social-democrata) sempre opusemos a nossa alternativa revolucionária, e por isso estivemos sempre com o projecto dos oficiais revolucionários do COPCON.

Já antes do 25 de Abril o PRP afirmava que era impossível a estabilização da democracia burguesa em Portugal. Pelo «rico desenvolvimento das forças produtivas» em muitos sectores, por muito das divisões não corresponderem a bens produzidos, mas virem da emigração e do turismo, pela não existência de uma planificação agrária tendo em vista as necessidades do consumo, por treze anos de guerra colonial, por muitos outros factores, nós sempre dissemos que não

era possível aqui a social-democracia.

Depois do 25 de Abril, durante muito tempo fomos os únicos que pensávamos assim. E enquanto nós púnhamos o problema de fascismo ou Revolução Socialista, muitas organizações de esquerda continuavam a apostar na democracia burguesa. Depois, com o evoluir do processo político, foi fácil para os revolucionários (e para a burguesia) equacionar o problema como nós o fazíamos já.

Entretanto as vitórias da classe operária eram já muitas e a crise económica, pelo boicote imperialista e capitalista interno, agudizava-se de dia para dia.



O PROJECTO DOS «NOVE»

Era duro para a burguesia liberal abdicar do seu sonho social-democrata. É então que surge o projecto Melo Antunes com todo um plano social-democrata de ligação à Europa Ocidental (EFTA, Mercado Comum) que acaba por agrupar à volta de si não só essa burguesia liberal com sonhos à sueca, mas também, por necessidade de travar o avanço dos trabalhadores, toda a facção mais direita da burguesia. A partir daí, é todo o processo da avançada da direita, é o VI Governo, e são, por outro lado, os revolucionários nas fábricas, nos campos e nos quartéis a fazerem frente a essa avançada, a organizarem-se mais e mais e a prepararem-se para a grande ofensiva da tomada do Poder.

A seguir veio o 25 de Novembro, trama da direita, do fascismo, da CIA...

Os «nove», interessados no desmantelamento das organizações autónomas dos trabalhadores e de uma esquerda revolucionária que lhes fazia frente, veem-se, de repente, a serem ultrapassados pela direita no Poder político-militar. Demonstrem-no declarações de elementos destacados do grupo como Charais e Vasco Lourenço que, por exemplo, se manifestam alheios e mesmo contra a prisão de Otelo.

É neste contexto que se deve fazer a análise das diligências de Melo Antunes.

É assim que Melo Antunes mantém ainda o seu sonho de refazer a economia portuguesa (salvar o capitalismo) através de uma via social-democrata. A sua perspectiva, apontando também para as relações económicas com o Leste e o Terceiro Mundo anti-imperialista é, apesar de tudo, diferente de uma perspectiva clara de direita. Lembremos por exemplo que simultaneamente à sua ida a Bruxelas para angariar empréstimos da CEE, houve a ida de Sá Carneiro que segundo tudo leva a crer, se destinou a retardar os empréstimos para depois das eleições, devendo estes ser feitos consoante os resultados das mesmas.

Portanto, se por um lado a intenção de Melo Antunes é mesmo não deixar afundar o barco (ainda que numa perspectiva burguesa) a de Sá Carneiro é efectivamente levar a crise às

últimas consequências para depois surgir como saída a alternativa clara de direita, o fascismo.

Então porque pensamos que os empréstimos que Melo Antunes conseguiu não vem resolver nada, senão agravar a situação do proletariado português?

Primeiro, porque como sempre dissemos, a única saída para o proletariado terá que assentar na tomada do Poder por este, com uma consequente planificação da economia, numa perspectiva socialista, de controlo por parte dos trabalhadores, sendo a produção industrial e agrícola apontada primeiro que tudo para a satisfação das necessidades dos mesmos; e então sim, repensar as relações com os outros países (Leste, Terceiro Mundo anti-imperialista, alguns da Europa) numa relação de igualdade e de fraternidade.

Segundo, porque esses empréstimos obrigam a compromissos que podem ser desastrosos para o proletariado. Cada vez mais Portugal fica numa situação de dependência face ao mundo capitalista.

Não é por acaso que em Bruxelas Melo Antunes afirma, que apesar de também estarem a ser feitos contratos com os países de Leste, Portugal se manterá fiel à NATO.

Por outro lado, não é também por acaso que esse mundo capitalista só põe a hipótese dos empréstimos com o VI Governo e sobretudo agora depois do 25 de Novembro.

Com dinheiro investido em Portugal, é mais fácil ao imperialismo europeu e americano encontrar motivos para uma intervenção aqui, principalmente no caso dos trabalhadores avançarem para a tomada do Poder.

Convém ainda, ao pensarmos nestas viagens de Melo Antunes, lembrarmos as declarações que ele fez, quer na Hungria e Checoslováquia, quer na Bélgica em relação ao MPLA. Ao afirmar que Portugal deveria rapidamente reconhecer um Governo representativo do povo angolano, que controlo a maioria do território e que o MPLA reúne, em sua opinião, essas características, o ideólogo dos «Nove» mostra bem as contradições que existem a nível do Poder político-militar e mostra também que a direita não conseguiu ainda de modo algum a hegemonia nos aparelhos de decisão.

MONPOR

Continuação da pág. 10

perspectivas revolucionárias. As contradições vão aparecendo e à medida que as lutas se vão agudizando, a classe vê que o reformismo não tem alternativa e portanto adere facilmente às alternativas dadas pelos militantes revolucionários.

Revolução: Em 74 um dos cartazes que os operários da Monpor posuíam, dizia: «A classe operária vencerá» o que implica uma certa tomada de consciencia, senão da totalidade da classe pelo menos dos mais activos, das suas comissões de trabalhadores ou de uma certa parte dos trabalhadores da Monpor. O que dizer acerca disso?

Operário: Eu acho que isso foi bastante positivo. A classe organiza-se autonomamente numa perspectiva que irá criar condições para a organização da classe para a tomada do poder. Todas estas lutas têm um fim, e esse fim, quanto a mim é a tomada de consciencia por parte da classe. A formação de comités de luta e todas as formas de organização autónoma da classe, para mim têm grande importância porque têm um objectivo, embora a maior parte das vezes a classe não se aperceba disso, mas que mais tarde os vai levar a pôr o problema da tomada do poder, e neste caso, a revolução socialista e a ditadura do proletariado.

Revolução: Tu sabes, porém que

os capitalistas depois do 25 de Novembro têm possibilidades de aplicarem formas violentas de repressão contra as lutas dos trabalhadores. Vocês estão preparados para qualquer dessas formas violentas, pensando até inclusive, em responder com a violência revolucionária de massas à violência fascista do patronato?

Operário: Penso que isso passa pela criação de condições subjectivas e, por isso de todas as espécies de organizações. Essa organização tem de ser eficaz e capaz de se opor à repressão. Para mim a violência revolucionária tem um lugar de destaque nessa organização. Só assim é que efectivamente poderemos defender a nossa posição de classe e chegaremos ao nosso objectivo, ao grande objectivo de fundo das lutas de classe, que é a tomada do poder e a ditadura do proletariado.

Revolução: Só que neste caso será uma reivindicação não sendo propriamente uma luta pelo poder, mas que é uma fase que posteriormente e necessariamente levará os operários da Monpor, tal como todos os outros à tomada de consciencia que a luta final será pela tomada do poder. É isso que pensas?

Operário: Tens razão deverá ser esse o objectivo último dos trabalhadores da Monpor e de todos os trabalhadores deste País.

PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

Como é amplo, complexo e dividido o actual poder!... É isto o pluralismo... Enquanto figuras conhecidas do Norte são localizadas como dirigentes do M.D.L.P., outras figuras do Sul proclamam o socialismo e a defesa dos trabalhadores. Todos no mesmo poder, todos no mesmo saco, todos no mesmo golpe — o que começou a 25 de Novembro. O inimigo usa duas táticas — a da bomba e a da «democracia».

Aterroriza, mata, faz ensaio dos métodos de terror. Enquanto isto se passa, os ELP's de salão, os Sá Carneiro e outros, preparam-se para ser os próximos vencedores das eleições. Na Europa qualquer Pinochet precisa de umas boas eleições para o legitimar.

E para irem cimentando este poder da burguesia que cresce, vão aumentando o aparelho. Amam mais a G.N.R. e a P.S.P., procuram fazer funcionar serviços de informação ligados às Forças Armadas.

Por enquanto deixam ao P.S. esse desporto de assaltar jornais como qualquer «social-fascista». Afinal, o P.S. não desdenha os assaltos a jornalistas, é preciso é estar em condições de os fazer. Descaradamente, deu o golpe na «Capital» e rejeitou o «Jornal Novo», no qual não suporta sequer que se fale em socialismo. A mediocridade da «Luta», espelho do estilo «Diário da Manhã» ou «Novidades» é o modelo que esta informação pluralista impõe. Nesta social-democracia de país pobre, a informação (rádio, jornais, TV) «pluralista» cheia a concurso de «misses» em clube de bairro.

E entretanto os «nove» seguram a bandeira... A bandeira de uma classe inexistente, de uma ideologia inconsistente, de um projecto sem coesão. A bandeira que serviu às mil maravilhas para o inimigo esconder as suas várias faces. E seguram-na aos tropeços.

Do lado de cá, a unidade cerra algumas fileiras. Nas empresas formaram-se comités de unidade que passam por cima do que as direcções dos partidos acordam. Nas zonas de província os militantes revolucionários encontram-se para concertar esforços para enfrentar o inimigo.

O C.L.A.R.P. é a expressão da convergência de vários partidos na defesa dos militares revolucionários presos. A imagem de Otelu nas paredes de Lisboa é o sinal de que não morreu na memória dos revolucionários, dos trabalhadores e dos moradores que andaram a colar esse cartaz. É que essa memória acarreta coisas profundas e decisões de continuar a luta. Diariamente dezenas de novos militantes acorrem a um partido como o P.R.P., ao qual sem dúvida que só aderem, depois do 25 de Novembro, aqueles que estão mesmo na luta e que estão dispostos a arriscar. É neste momento de reflexão e de balanço de forças, que se expande, alarga e solidifica o partido revolucionário, recebendo dentro de si muitos militantes que fizeram a sua caminhada nos partidos e noutras experiências. É desta convergência que que nascerá a organização forte, capaz de enfrentar o inimigo.

**lê
assina
e divulga**

Revolução



Revolução

A IDA DE MÁRIO SOARES AOS E.U.A. FOI DE URGÊNCIA

A ida de Mário Soares aos Estados Unidos da América foi de urgência em consequência de uma comunicação vinda dos seus amigos daquele país, para que aí se deslocasse. Por isso faltou ao Encontro dos partidos socialistas, onde se fez representar por Lopes Cardoso e Manuel Alegre e onde este foi tão mal recebido pelo seu «anti-comunismo».

A urgência da ida de Soares aos E. U. A. ter-se-á dado pelo facto de ter sido extremamente bem sucedida a viagem anterior de Spínola naquele país, onde colectou dez milhões de dólares.

Mário Soares foi assim o contrapeso que os «democratas» americanos mandaram ir urgentemente.

GNR — CINCO VEZES MAIS ARMADA

Fontes militares informam que a G.N.R. se encontra actualmente cinco vezes mais armada do que antes do 25 de Abril.

Actualmente, é o seguinte o inventário de armamento de cada homem: uma Mauser, uma espingarda metralhadora G-3, uma pistola metralhadora e uma Walter 7,65. Não lhes chegam as mãos para todo este arsenal... Mas, cheguem ou não, quem fica satisfeito é o P. S. e a sua «Luta», para os quais estas é que são as «boas mãos».

AINDA EM "BOAS MÃOS"...

Ainda a propósito estranhámos o silêncio do «Luta» e do P. S. diante das armas que têm sido encontradas. Estranhámos, dada a inquietação que tinham e que motivaram na população, a propósito de armas e de quem as possuía e do uso que delas se fazia. E cada vez que havia um assalto a bancos lá estava a «Luta» e os lutadores a falar das «boas mãos»!...

Mas eis que se descobre um grupo de assaltantes que fez nada mais nada menos do que doze assaltos! Em seu poder inúmeras armas. Na mesma semana é ainda descoberto mais um grupo no Norte, também fortemente armado. E prendem os assaltantes da Standard, descobrindo que um deles é recrutador da F. N. L. A. E ainda os assaltantes do Banco da Avenida de Paris. Foi uma semana fértil.

E afinal nem uma só dessas armas estava nas mãos da esquerda! Afinal nenhuma dessas armas era qualquer das G-3 que a «Luta» farejava!

Mas com que é que o P. S. e a «Luta» se preocupam? É com as armas que estão nestas mãos em que foram encontradas? Ou com as armas que estão nas mãos daqueles que estão do lado dos explorados? Pois no bando apanhado há um agrário, um negociante e outra gente da burguesia. Consta na terra que são do P. S....

Há realmente muitas armas que não estão em boas mãos.

O BICHO DO FASCISMO CONTINUA A ROER

Noticiámos no último número que o capitão Rodrigues estava a ser ouvido por causa da Reforma Agrária. Hoje sabemos que será afastado do Quartel de Vendas Novas, ainda pelo mesmo motivo.

As penas pelo «crime» da Reforma Agrária atingem também o capitão Andrade e Silva e atingirão, ao que parece, o capitão Gil, do Q. G. de Évora. O bicho roedor do fascismo vai fazendo aquilo que os militares revolucionários não souberam ou não puderam fazer — um saneamento rápido e radical de quem representa interesses da classe oposta.